



CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO

LOURES

VERSÃO 1.4

03/12/2025



Financiado pelo
Fundo Florestal Permanente

ÍNDICE

I - TRAMITAÇÃO.....	3
Parecer.....	3
Aprovação.....	3
Revisão.....	3
Prazos de revisão.....	3
II – FICHA TÉCNICA	5
III - SUMÁRIO EXECUTIVO	8
IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	16
IV.1 – Projetos de valorização dos espaços rurais	16
IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais	17
IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos.....	27
IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco	35
V– ANEXOS.....	41
V.1 – Projetos sem declinação Municipal	41
V.2 – Matriz de Avaliação do risco	47
V.3 – Cartografia de detalhe	48
V.4 – Glossário.....	49

I - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução, foi enviado para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa, em 30/06/2025, nos termos do disposto no n.º 4 do Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, tendo recebido parecer favorável em 04/12/2025.

APROVAÇÃO

O Programa Municipal de Execução de Loures foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em 16/12/2025, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022.

REVISÃO

A revisão do Programa Municipal de Execução terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR. Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

PRAZOS DE REVISÃO

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Loures, realizará o levantamento de necessidades e definem prioridades para o ano seguinte que remeterá para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do art.º 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

O Presidente da Comissão

II – FICHA TÉCNICA

O PME de Loures foi elaborado pelo município de Loures tendo recebido contributos do conjunto de entidades com assento na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Loures conforme o estipulado no nº 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro de 2021, na sua redação atual, em cumprimento do anexo 2, do Despacho nº 9550/2022, de 4 de agosto. estas tabelas traduzem-se na ficha técnica de autores. Na Tabela 1 elencam-se as entidades, e respetivos representantes, junto da CMGIFR de Loures.

Tabela 1. Entidades que constituem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Loures, e respetivos representantes.

Entidade	Cargo	Representante
Município	Presidente da CMGIFR de Loures; Vereador do Ambiente	Nuno Dias
Município	Diretora do Departamento de Ambiente	Madalena Neves
Município	Coordenador Municipal de Proteção Civil	Pedro Barbosa
Município	Chefe da Divisão de Gestão de Parques e Floresta	João Lucas
Município	Coordenador do Gabinete Técnico Florestal	André Fabião
Município	Comandante da Polícia Municipal de Loures	Artur Serafim
Município	Departamento de Obras Municipais	José Teles
Município	Divisão do Plano Diretor Municipal	Ana Paula Félix
Junta de Freguesia de Lousa	Representante da Assembleia Municipal de Loures; Presidente da Junta de Freguesia	Lino Franco
Junta de Freguesia de Bucelas	Representante da Assembleia Municipal de Loures; Presidente da Junta de Freguesia	Hélio Santos
ICNF	Chefe de Núcleo Sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa - Gestão de Fogos Rurais	Alexandre Nogueira

GNR	Comandante do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira	Afonso Viana
PSP	Comandante da Divisão Policial de Loures	Pedro Almeida
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões	Representante das AHBV do Município de Loures; Comandante da corporação	Rui Oliveira
REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.	Responsável da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	Pedro Marques
	Técnico Superior da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	António Freire
REN Gasodutos, S.A.	Responsável da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	Pedro Marques
	Técnico Superior da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	António Freire
IP – Infraestruturas de Portugal	IP Rodovia	Isabel Caspurro
Instituto da Mobilidade e dos Transportes	Direção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo	Sebastian Manuel Sanchez
E-REDES	Planeamento	José Afonso
	Acompanhamento da Execução	Luís Dâmaso
BRISA	Departamento de Manutenção de Infraestruturas, Responsável de Vegetação	Edgar Carapinha
Autoestradas do Atlântico	Direção de Operações e Infraestrutura, Chefe do Centro Operacional	João Paulo Santos
Cooperativa Agrícola de Loures	Presidente da entidade	José Barreira

Coordenação do Projeto de Transposição do Programa Sub-Regional de Ação da Área Metropolitana de Lisboa (PSA – AML) para o Programa Municipal de Execução de Loures (PME Loures)

André de Moraes Dorotêa Fabião (Coordenador do GTF de Loures)

Redação do documento PME Loures

André de Moraes Dorotêa Fabião (GTF Loures)

Rui Alexandre Martins de Oliveira (GTF Loures)

III - SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação declina os grandes objetivos à escala sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os Programas Municipais de Execução e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Os programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala municipal o programa sub-regional de ação que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados. A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no programa municipal de execução. Os programas municipais de execução são elaborados pelos municípios, em articulação com as comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, de acordo com as prioridades definidas no programa sub-regional de ação, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR.

O Programa Municipal de Execução (PME) define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas. A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Loures foi constituída em 12 de maio de 2022 (Ata n.º 01/2022).

O Programa Municipal de Execução de Loures conta com dez projetos, todos eles transpostos do Programa Sub-Regional de Ação da Área Metropolitana de Lisboa (PSA-AML). Nas respetivas fichas de projeto são caracterizadas as ações detalhadas a executar.

Nos termos da Lei, este Programa municipal de execução é aprovado pela Comissão municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Loures, tendo sido sujeito a parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSubR GIFR) da Área Metropolitana de Lisboa.

Extensão de Execução

A Figura 1 apresenta a extensão do município, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.

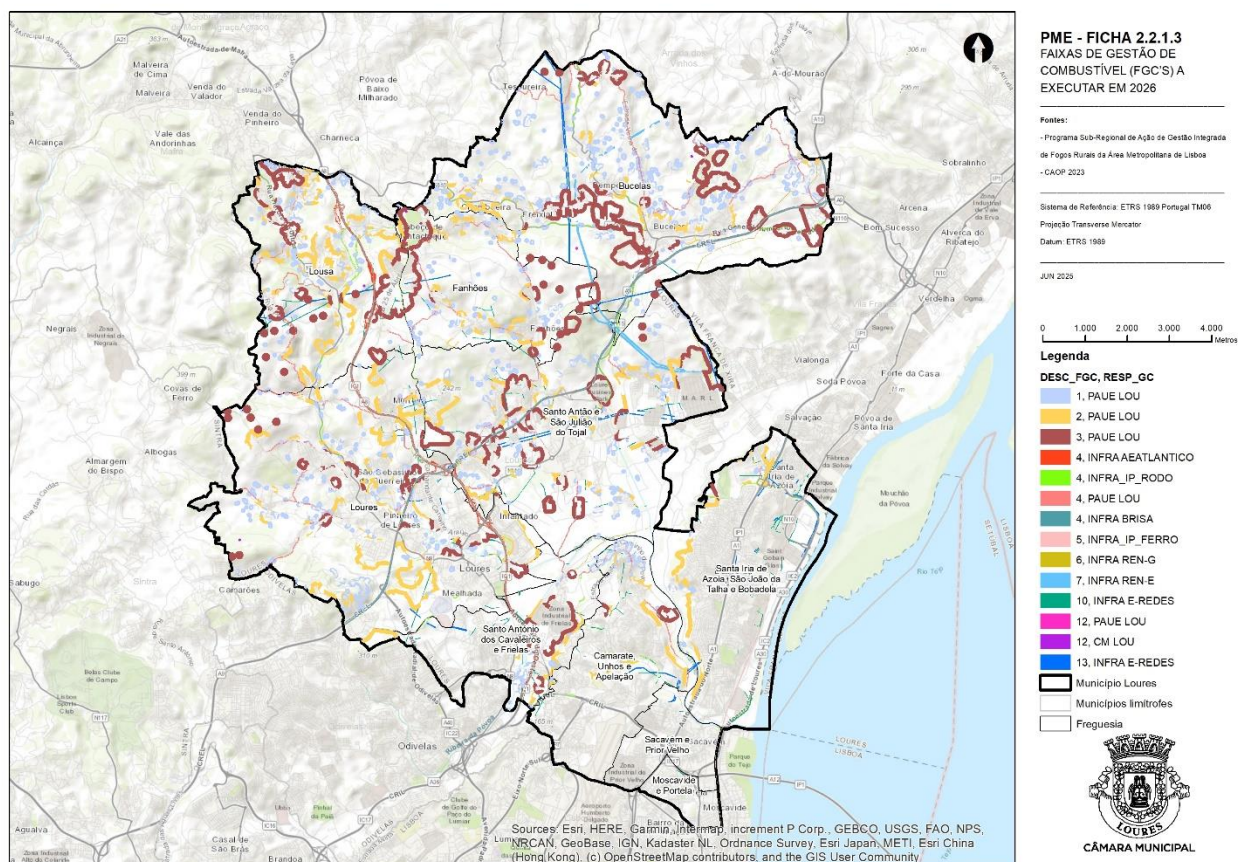













Figura 1. Mapa da extensão da execução do Programa Municipal de Execução de Loures, ano de 2026.

Níveis de adequação dos Projetos

Na Tabela 2 resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA-AML e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2. Resumo da transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal.

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	E 	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E		
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	E 	
	1.2.1.2 PRGP	R		
	1.2.2.1 Multifundos	E	R	
	1.2.2.2 Certificação	E	E	
	1.2.2.4 Economia Rural	E	R	
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	E	R	
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	M	R	
	2.1.1.1 AIGP	E		
	2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	E 	
	2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E	
	2.1.1.4 Transposição PROF	M	M	
	2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R	
	2.2.1.2 Rede Primária	E		
	2.2.1.3 Rede Secundária	M	E 	E
	2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	M	E 	
	2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E 	
	2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	M	E	
	2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	M	E	
	2.2.1.9 Uso do Fogo	M	E 	
	2.2.2.1 Compostagem	M	E	E
	2.2.2.2 Biomassa	M	E	
	2.3.1.1 Defesa pelos Privados	M	E	E
	2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	M	E	
	2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	M	E	E
	3.1.1.2 Queimas e Queimadas	M	E 	E
	3.1.1.3 MARQ	M		
	3.1.2.1 Vigilância	M	E 	
	3.1.2.2 Forças Armadas	M	M	

	3.1.2.3 RVDI	E	E	
	3.1.3.3 Investigação e causas	E	E	
	3.2.1.1 Comunicação Integrada	E	E	
	3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	M	E	
	3.2.1.3 Comunicação em Emergência	M	E	E
	3.2.1.4 Formação de OCS	E	E	
	3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	M	E	E
	4.1.1.2 Dados Meteorológicos	M	E	
	4.1.2.1 Comissões SGIFR	E	E	E
	4.1.2.2 Programação e Dimensionamento	R	R	
	4.1.2.3 Programas de Ação	E	E	E
	4.1.2.4 Normas Técnicas	E	E	
	4.1.3.1 Orçamento	R	R	
	4.2.2.1 Monitorização	M	E	
	4.2.2.3 Lições Aprendidas	E	E	
	4.3.1.1 Projeto Piloto			
	4.3.2.3 Supressão	R	R	
	4.4.1.3 Formação e Qualificação	M	E	

Nota: O PNA não está indicado na medida em que todos os projetos têm reflexo no Programa Nacional de Ação.

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projetos com mais impacto na implementação da Estratégia sub-regional e concretização de resultados.

Cronograma de Execução

A Tabela 3 apresenta o cronograma anual de execução dos dez projetos com declinação no PME de Loures para o ano de 2026.

Tabela 3. Cronograma anual de execução dos dez projetos com declinação no PME de Loures para o ano de 2026.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.2.1			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.1		■	■	■	■	■						
2.3.1.4				■	■	■						
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.1.2			■	■	■	■	■	■	■			
3.2.1.3		■	■	■								
3.2.2.1										■	■	■
4.1.2.1	■				■				■			■
4.1.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Orçamento

A Tabela 4 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Loures conta com um orçamento global de 4.825.185,15 € (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, cento e oitenta e cinco Euros e quinze cêntimos).

Tabela 4. Mapa resumo das principais metas e execução financeira para os projetos inseridos no PME de Loures para o ano de 2026.

Projetos	Principais Metas	Orçamento (€)
2.2.1.3	Gestão de combustível efetiva na rede secundária (70%)	4.704.291,55
2.2.2.1	Redução do número de pedidos de queima e do número de ignições nas freguesias aderentes (10%/ano)	10.300,00
2.3.1.1	Situações de incumprimento sinalizadas (100%); Taxa de cumprimento voluntário das situações sinalizadas (70%); Autos por tipologia (em relação às situações sinalizadas) (30%)	55.473,60
2.3.1.4	Número de aglomerados rurais abrangidos pelo programa, versus número de aglomerados rurais previstos incluir no programa (100%); Número de aglomerados rurais abrangidos pelo programa (1)	10.000,00
3.1.1.2	Redução dos pedidos de autorização / comunicação para a realização de queimas e queimadas em dias com Índice Conjuntural e Meteorológico (RCM) ≥ 3 (10%); Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas (100%); Taxa de resposta aos pedidos de autorização / comunicação para a realização de queimas e queimadas (100%)	4.704,00
3.2.1.2	Ações de sensibilização (n=5); Cidadãos abrangidos pelas iniciativas (n=150)	2.315,00
3.2.1.3	Elementos capacitados para comunicar em contexto de Emergência (n=1)	17.600,00
3.2.2.1	Alunos participantes em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da Floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas (n=300); Escolas/Agrupamento de escolas do ensino público que participam em iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais (90%)	1.500,00
4.1.2.1	CMGIFR de Loures constituída e em funcionamento (n=1); Reuniões da CMGIFR de Loures (n=3)	3.124,00

4.1.2.3	PME de Loures aprovado (n=1); Percentagem de execução do PME de Loures (20%); Monitorização anual do PME de Loures (n=1); Transposição do PME de Loures para o Plano Diretor Municipal (PDM) de Loures (n=1)	15.877,00
TOTAL		4.825.185,15

Norma habilitante

Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Referência

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).
- Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, que regulamenta os Instrumentos de Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelecendo as regras técnicas de elaboração, consulta pública, aprovação, e conteúdos dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, que altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Decreto-Lei n.º 56/2023, de 14 de julho - Altera o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para enquadrar a aplicação da metodologia de adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.
- Despacho n.º 4223/2025, 3 de abril, regulamenta as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Data deste documento

03 de dezembro de 2025

IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

A legenda referente à atribuição das responsabilidades das entidades envolvidas nos diferentes projetos do PME (Matriz RASCIF) é a seguinte: **R** – Responsável; **A** – Aprova; **S** – Suporta; **C** – Consulta; **I** – Informa; **F** – Fiscaliza.

No que se refere à cadeia de processos, a sua legenda é a seguinte: **PLAN** – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós-Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

A matriz de avaliação de risco encontra-se disponível no Anexo V.2.

IV.1 – PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

Considerou-se que os projetos desta tipologia existentes no PSA – AML não têm aplicabilidade no PME Loures 2025. Como tal, não foram transpostos para este documento. Para mais informações, consultar Anexo V.1.

IV.2 – PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA							2.2.1.3														
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, criando descontinuidades de combustível e protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios.				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município, REN, E-Redes, IP, Autoestradas do Atlântico, gestores de infraestruturas, proprietários e gestores florestais</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>C</td><td>AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>F</td><td>GNR, PSP</td></tr></table>						R	Município, REN, E-Redes, IP, Autoestradas do Atlântico, gestores de infraestruturas, proprietários e gestores florestais	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR	C	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR	I	Comissão MUNICIPAL GIFR	F	GNR, PSP
R	Município, REN, E-Redes, IP, Autoestradas do Atlântico, gestores de infraestruturas, proprietários e gestores florestais																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
C	AML, Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
I	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
F	GNR, PSP																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 4.704.291,55																					
Indicadores				Unidade	Meta																
1. Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária.				%	70																
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 – Alto (S4; P4). Ameaças: <ul style="list-style-type: none">Escassez de instrumentos financeiros disponíveis para apoio da execução das intervenções de gestão de combustível previstas em PME.Incapacidade financeira e logística do município para intervir em todas as situações de incumprimento de gestão de combustível.Limitação da disponibilidade de prestadores de serviços para execução das tarefas de gestão de combustível no período temporal em que estas são possíveis (a procura é superior à oferta).Janela temporal para as intervenções é de duração variável e condicionada pelas condições meteorológicas (especialmente precipitação, humidade e temperatura) e por Despachos Governamentais e alertas.O procedimento de notificação dos proprietários em incumprimento é moroso, o que condiciona a agilidade dos trabalhos coercivos na janela temporal existente para o efeito após o final do prazo legal para a execução da gestão de combustível por parte dos proprietários dos terrenos. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none">Necessidade de disponibilização de instrumentos financeiros para apoio das tarefas de gestão de combustível.																					

<ul style="list-style-type: none">Priorizar as intervenções coercivas de gestão de combustível nos locais de maior risco.Simplificação dos procedimentos legais de gestão de combustível de carácter coercivo.											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none">Executar e monitorizar a gestão de combustível na rede secundária de faixas (2640,56 ha).										OM, orçamento entidades, proprietários privados	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
a) Execução de FGC Municipais (Rede Viária) – 84,46 ha.					Município			160.389,54			
b) Execução de FGC IP (Rodovia) – 39,59 ha.					IP			23.754,00			
c) Execução de FGC AE Atlântico (Rodovia) – 38,61 ha.					Autoestradas do Atlântico			38.610,00			
d) Execução de FGC Brisa (Rodovia) – 33,47 ha.					Brisa			33.470,00			
e) Execução de FGC IP (Ferrovia) – 0 ha.					IP			-			
f) Execução de FGC REN – 43,27 ha.					REN			43.270,00			
g) Execução de FGC REN Gasodutos – 7,64 ha.					REN Gasodutos			3.820,00			
h) Execução de FGC E-Redes – 160,53 ha.					E-Redes			160.530,00			
i) Execução de FGC Áreas edificadas (Aglomerados, edifícios isolados) – 1383,63 ha.					Proprietários			2.627.513,37			
j) Execução de FGC Instalações diversas (Indústrias e equipamentos) – 840,27 ha.					Proprietários/gestores			1.595.672,73			
k) Execução de FGC PA DFCl – 2,09 ha.					Município			3.968,91			
l) Execução de FGC (em substituição aos proprietários) – 7 ha (estimativa).					Município			13.293,00			
TOTAL (€)								4.704.291,55			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											

Resolução Geral:

- As referidas na gestão de risco do projeto.

Observações:

- Para o cálculo do custo dos diferentes recursos que compõem a iniciativa n.º 1 recorreu-se aos valores de referência constantes do PSA – AML, com exceção das intervenções cuja responsabilidade recai sobre a Câmara Municipal de Loures, por se considerar que os valores médios constantes do referido documento não se encontram ajustados à realidade praticada no Município. Assim, nestas situações recorreu-se a um valor de referência de 1899€/ha.
- O Município de Loures não possui freguesias prioritárias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível (Despacho n.º 2171/2024, de 27 de fevereiro), nem freguesias inseridas em territórios vulneráveis (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho e Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro).
- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

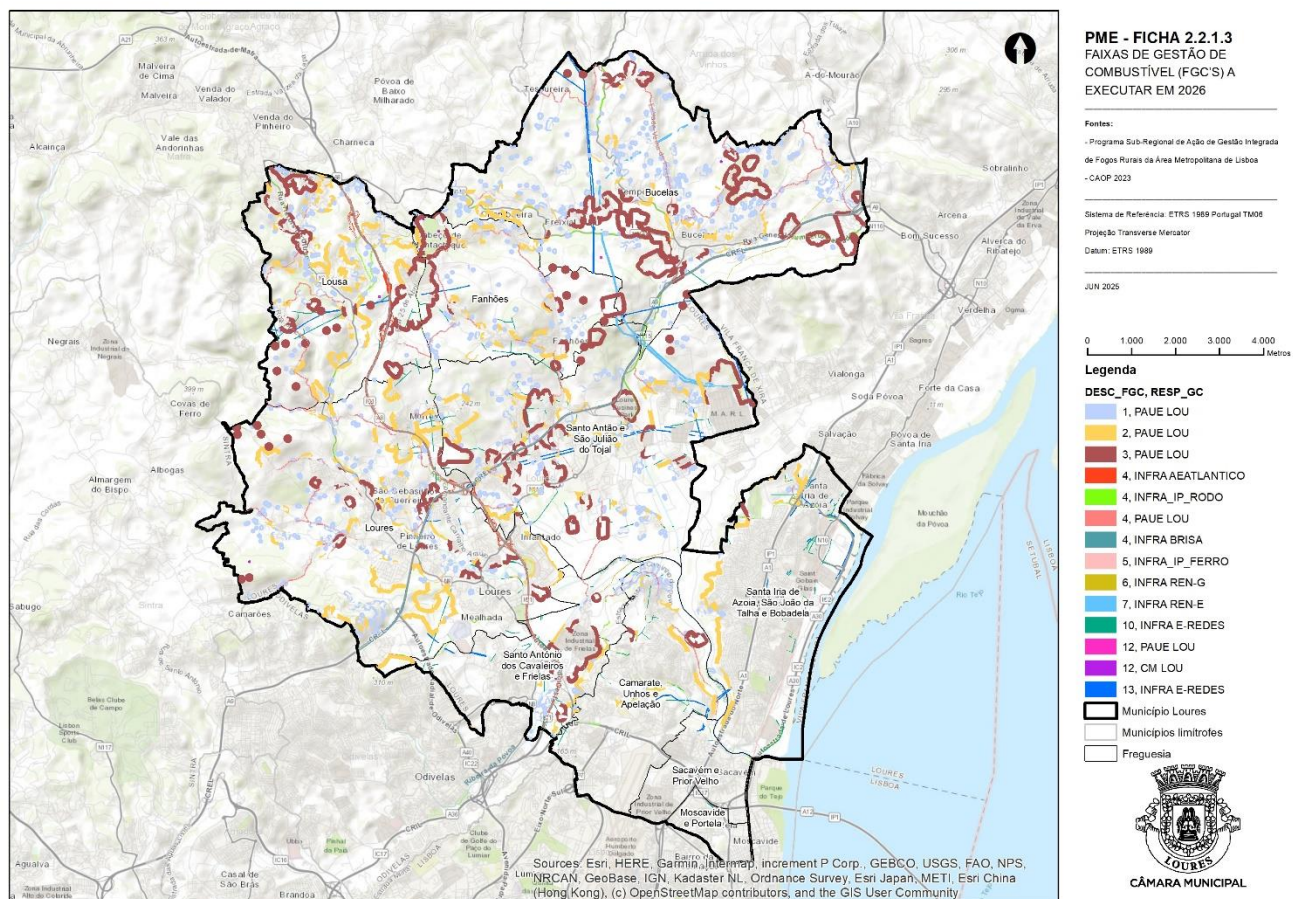


Figura 2. Mapa com a localização das Faixas de Gestão de Combustível a executar no âmbito do PME de Loures no ano de 2026.

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM							2.2.2.1															
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Promover a utilização de compostagem por parte dos proprietários, de forma a otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Aumento do número de propriedades agrícolas a utilizar processo de compostagem que promovam a preservação do espaço rural.Redução do número de queimas e de combustível disponível para arder nas áreas rurais.				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Município</td></tr><tr><td>S</td><td>DGAL, ICNF, CCDR, AML, Município, Juntas de Freguesia, Valorsul, proprietários privados</td></tr><tr><td>C</td><td>DGADR, CCDR</td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>F</td><td>GNR, PSP</td></tr></table>							R	Município	A	Município	S	DGAL, ICNF, CCDR, AML, Município, Juntas de Freguesia, Valorsul, proprietários privados	C	DGADR, CCDR	I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR	F	GNR, PSP
R	Município																					
A	Município																					
S	DGAL, ICNF, CCDR, AML, Município, Juntas de Freguesia, Valorsul, proprietários privados																					
C	DGADR, CCDR																					
I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																					
F	GNR, PSP																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC														
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 10.300,00																						
Indicadores				Unidade	Meta																	
1. N.º de queimas vs agricultores aderentes ao programa de compostagem.				%	20																	
2. Redução do número de ignições nas freguesias aderentes (com causa conhecida e identificada como de origem de queimas).				%	20																	
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 – Alto (S4; P4) Ameaças: <ul style="list-style-type: none">Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários privados de terrenos rústicos.Resistência à mudança por parte da população rural, habituada ao procedimento de queima dos sobrantes agrícolas/florestais.Limitações de recursos humanos (para recolha de resíduos e/ou com experiência e capacitação na utilização de biotriturador) e dificuldades logísticas para recolha e transporte de resíduos agrícolas/florestais de propriedades/explorações em espaço rural para locais de tratamento de resíduos verdes não urbanos.Elevado número de pedido de queimas.Dificuldade na aquisição do biotriturador e manutenção da operacionalidade do mesmo. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none">Necessidade de disponibilização de instrumentos financeiros para reforço dos meios humanos e materiais necessários à persecução deste projeto.																						
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento																
<ul style="list-style-type: none">Criar programa de compostagem na autarquia.						OM, outras que venham a ser disponibilizadas																
Calendarização																						
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez											

<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Análise da viabilidade de criação de Ecocentro para receção de resíduos verdes e madeira e posterior tratamento biológico/compostagem.						Município, Valorsul		5.000,00			
TOTAL (€)								5.000,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários privados de terrenos rústicos. Resistência à mudança por parte da população rural, habituada ao procedimento de queima dos sobrantes agrícolas/florestais. Limitações de recursos humanos e dificuldades logísticas para recolha e transporte de resíduos agrícolas/florestais de propriedades/explorações em espaço rural para locais de tratamento de resíduos verdes não urbanos. 											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none"> A referida na gestão de risco do projeto. 											
Observações:											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a "parques de proximidade" de destroçamento de materiais lenhosos sobrantes passíveis de uso para compostagem para comunidades de espaços florestais/rurais. 								OM, Junta de Freguesia, Lisboa 2030 - Proteção civil e gestão integrada de riscos- ITI AML			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Elaboração de candidatura ao Programa Regional de Lisboa (Lisboa 2030), no âmbito do aviso Proteção civil e gestão integrada de riscos - ITI AML.						Município		3000,00			
b) Análise da viabilidade de aquisição de biotriturador comunitário para destroçamento de resíduos lenhosos.						Município		150,00			
c) Análise da viabilidade de aquisição de formação para utilização de biotriturador comunitário para destroçamento de resíduos lenhosos.						Município		150,00			

TOTAL (€)		3.300,00									
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários privados de terrenos rústicos. Resistência à mudança por parte da população rural, habituada ao procedimento de queima dos sobrantes agrícolas/florestais. Limitações de recursos humanos com experiência e capacitação na utilização de biotriturador. Dificuldades logísticas para recolha e transporte de resíduos agrícolas/florestais de propriedades/explorações em espaço rural para locais de tratamento de resíduos verdes não urbanos. Dificuldade na aquisição do biotriturador e manutenção da operacionalidade do mesmo.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
Iniciativa n.º 3		Fonte Financiamento									
<ul style="list-style-type: none">Incentivar a utilização de compostagem, no sentido da reutilização pelos proprietários dos sobrantes como matéria orgânica, divulgando os seus benefícios e apoios		OM, outras que venham a ser disponibilizadas									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
a) Campanha de sensibilização nas redes sociais do Município.		Município	2.000,00								
TOTAL (€)			2.000,00								
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">Resistência à mudança por parte da população rural, habituada ao procedimento de queima dos sobrantes agrícolas/florestais.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
<ul style="list-style-type: none">Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS							2.3.1.1				
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Rever e implementar as regras assegurando um equilíbrio entre o esforço e o risco subjacente aos territórios rurais em que se inserem. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Aumento do número de privados que cumprem as regras de criação das redes de defesa, fruto de um melhor alinhamento entre o esforço necessário e o risco de incêndio subjacente.Reforço da proteção do território e edificado rural.				Principais entidades envolvidas							
				R	GNR, PSP						
				A	Comissão MUNICIPAL GIFR						
				S	Município, ICNF, AGIF						
				C	ANEPC						
				I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR						
				F	GNR, PSP						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 55.473,60											
Indicadores				Unidade	Meta						
1. Situações de incumprimento sinalizadas.				%	100						
2. Taxa de cumprimento voluntário das situações sinalizadas.				%	70						
3. Autos por tipologia (em relação às situações sinalizadas).				%	30						
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 – Alto (S4; P4). Ameaças: <ul style="list-style-type: none">Limitação de meios humanos e materiais para efetuar a monitorização do cumprimento da legislação por parte dos proprietários com responsabilidades legais ao nível das redes secundárias de GIFR. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none">Articulação entre a GNR e os serviços municipais (GTF, SMPC, SPML) para sensibilização da população para as obrigações legais de gestão de combustível.Promoção da fiscalização preventiva para cumprimento voluntário e consequente redução do número de autos de contraordenação.Necessidade de reforço dos recursos humanos e materiais afetos ao GTF de Loures.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none">Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário e promovendo o aumento do cumprimento voluntário.							OM, OE, FFP, outras que venham a ser disponibilizadas				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	□	□	□	□	□						
Recursos											

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
a) Notificação e acompanhamento das situações de incumprimento de gestão de combustível.	Município	4.500,00
b) Fiscalização (uma patrulha)	GNR	42.252,00
c) Viatura patrulhamento	GNR	8.721,60
TOTAL (€)		55.473,60
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 12 – Elevado (S4; P3). Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> A referida na gestão de risco do projeto. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> As referidas na gestão de risco do projeto. 		
Observações: <ul style="list-style-type: none"> Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação. 		

PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”							2.3.1.4		
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Implementação de medidas de apoio às populações rurais que promovam a prevenção de comportamentos de risco e proteção em caso de incêndios rurais. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Implementação do Programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras no território de Loures.Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos aglomerados rurais onde o projeto for implementado.				Principais entidades envolvidas					
				R ANEPC, Município; Juntas de Freguesia					
				A Comissão MUNICIPAL GIFR					
				S AML, GNR, AHBV, Juntas de Freguesia, Produtores agrícolas, Organizações de Produtores Florestais					
				C AGIF, ICNF, DGT, DGestE					
				I Comissão SUB-REGIONAL GIFR					
				F GNR					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 10.000,00									
Indicadores				Unidade	Meta				
1. N.º total de aglomerados rurais abrangidos pelo programa.				n.º	1				
2. % de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas com designação de Oficial de Segurança.				%	100				
3. % de aglomerados rurais com estabelecimento ou melhoria de locais de abrigo ou refúgio.				%	100				

4.	% de aglomerados rurais com colocação de sinalética e Plano de Evacuação/Confinamento.	%	100									
Gestão de risco do projeto Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3). Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Indiferença da população perante o projeto, seja por possuir uma falsa sensação de segurança, seja por não acreditar que este possa incrementar a sua segurança em caso de incêndio rural. Limitações ao nível dos recursos humanos, logísticos e financeiros podem condicionar a implementação do projeto. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de disponibilização de instrumentos financeiros para a implementação deste projeto. Necessidade de reforço dos recursos humanos e materiais afetos ao GTF de Loures. 												
Iniciativa n.º 1			Fonte Financiamento									
<ul style="list-style-type: none"> Implementar e monitorizar a designação de oficiais de segurança local, da identificação de locais de abrigo e refúgio e teste de planos de evacuação e ações de sensibilização. 			OM, OE, PRR, PO									
Calendarização												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Recursos												
	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)									
a)	Designação de oficial de segurança.	Morador do aglomerado rural	00.000,00									
b)	Aquisição de sinalética e equipamento.	Município	10.000,00									
c)	Identificação de locais de abrigo ou refúgio.	Município	00.000,00									
d)	Elaboração de plano de evacuação.	Município	00.000,00									
e)	Realização de simulacro	Município	00.000,00									
	TOTAL (€)		10.000,00									
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3). Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> As referidas na gestão de risco do projeto. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> As referidas na gestão de risco do projeto. 												

Observações:

- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

IV.3 – PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS							3.1.1.2														
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Oferecer recomendações práticas e informação útil à população, de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis, de modo a reduzir o risco das queimas e queimadas. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil.Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas.Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas.				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ICNF, Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>ANEPC, ICNF, GNR, PSP, AHBV, Juntas de Freguesia, Comissão MUNICIPAL GIFR, Município</td></tr><tr><td>C</td><td>AGIF</td></tr><tr><td>I</td><td>AGIF</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr></table>						R	ICNF, Município	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	ANEPC, ICNF, GNR, PSP, AHBV, Juntas de Freguesia, Comissão MUNICIPAL GIFR, Município	C	AGIF	I	AGIF	F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR
R	ICNF, Município																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	ANEPC, ICNF, GNR, PSP, AHBV, Juntas de Freguesia, Comissão MUNICIPAL GIFR, Município																				
C	AGIF																				
I	AGIF																				
F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 4.704,00																					
Indicadores				Unidade	Meta																
1. N.º de pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas.				n.º	2000																
2. Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas.				%	100																
3. N.º de acidentes em queimas e queimadas.				n.º	0																
Gestão de risco do projeto Risco Total: 12 – Elevado (S4; P3). Ameaças: <ul style="list-style-type: none">Instabilidade da plataforma eletrónica de comunicação de queimas e queimadas, especialmente quando se verifica um elevado número de acessos.Elevado número anual de pedidos/comunicação de queimas de amontoados no Município de Loures, com a consequente necessidade de monitorização/avaliação por parte do GTF de Loures.Reduzida adesão à plataforma por parte da população sénior.Resistência à mudança de comportamentos por parte da população rural.																					

<ul style="list-style-type: none">Situações de pedidos/comunicação prévia de queimas de amontoados para múltiplos dias sucessivos, para o mesmo evento, quando este decorre apenas num dia. Tal facto inflaciona erradamente os dados estatísticos referentes ao número de queimas no município.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">Disponibilização de informação útil e recomendações práticas de uso do fogo através das redes sociais.Realização de ações de sensibilização sobre comportamentos de risco associados ao uso do fogo.Promoção de alternativas ao uso de fogo para a eliminação dos sobrantes lenhosos.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none">Monitorização e análise permanente dos pedidos/comunicação de queimas de amontoados efetuados na plataforma eletrónica existente para o efeito.								OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Técnico Superior com formação académica na área das Ciências Florestais.						Município		1.300,00			
b) Equipamento informático.						Município		1.300,00			
c) Equipamento telefónico.						Município		200,00			
d) Acesso à internet.						Município		120,00			
TOTAL (€)								2.920,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 8 – Moderado (S4; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">Instabilidade da plataforma eletrónica de comunicação de queimas e queimadas, especialmente quando se verifica um elevado número de acessos.Elevado número anual de pedidos/comunicação de queimas de amontoados no Município de Loures, com a consequente necessidade de monitorização/avaliação por parte do GTF de Loures.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none">Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através do apoio telefónico.								FA, OE, PO, OM			

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Técnico Superior com formação académica na área das Ciências Florestais.						Município		884,00			
b) Técnico Superior com formação académica na área das Ciências da Comunicação.						Município		400,00			
c) Impressão e distribuição de folhetos informativos.						Município		500,00			
TOTAL (€)								1.784,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
<ul style="list-style-type: none">Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE					3.2.1.2				
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Promover ações de sensibilização da população a nível local que contribuam para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Implementação de comportamentos adequados da população, antes, durante e depois dos incêndios rurais.Diminuição do número de ocorrências e área ardida.					Principais entidades envolvidas <div><div>R</div>Município, ANEPC, GNR, ICNF</div> <div><div>A</div>Comissão MUNICIPAL GIFR</div> <div><div>S</div>AML, Municípios, Juntas de Freguesia, ICNF, GNR, PSP, AHBV, Associações de Caçadores</div> <div><div>C</div></div> <div><div>I</div>AGIF</div> <div><div>F</div>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</div>				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2.315,00									

Indicadores						Unidade		Meta			
1. N.º ações de sensibilização locais.						n.º		2			
2. N.º de ações das redes sociais.						n.º		2			
3. N.º de pessoas sensibilizadas.						n.º		500			
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 4 – Baixo (S2; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">Limitações ao nível dos recursos humanos do GTF.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">Calendarização atempada das ações de sensibilização no terreno.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none">Ações de comunicação de proximidade nas comunidades para suporte dos projetos inscritos nos PSA, ações de sensibilização de proximidade junto das comunidades locais de maior risco.								OM, OE			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		□	□	□							
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Ação de sensibilização em comunidade rural.						Município		1.000,00			
b) Ação de sensibilização em comunidade rural.						Município		1.000,00			
TOTAL (€)								2.000,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 4 – Baixo (S2; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none">Criar e reforçar mecanismos de comunicação de forma a melhorar o diálogo e a passagem de informação, ao nível comunitário, envolvendo os cidadãos, fornecendo informações locais factuais e incentivando-os a tomar decisões e a assumir responsabilidades por si próprios.								OM			

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Difusão de recomendações e alertas nas redes sociais.						Município		315,00			
TOTAL (€)								315,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 4 – Baixo (S2; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
<ul style="list-style-type: none">Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA							3.2.1.3									
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Capacitar as entidades da administração central e local para efetuarem uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise das entidades centrais e locais, garantindo um alinhamento integrado.Entendimento pela população da severidade das situações, e consequente adoção de comportamentos adequados.					Principais entidades envolvidas											
					R ANEPC											
					A Comissão MUNICIPAL GIFR											
					S Escola Nacional de Bombeiros, AML, ICNF, Município, Juntas de Freguesia, GNR, PSP											
					C Comissão MUNICIPAL GIFR											
					I AGIF											
					F Comissão SUB-REGIONAL GIFR											
PLAN		PREP	PREV		PRES		SUPR		POSE		GOVE		QUAL		SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 17.600,00																
Indicadores								Unidade		Meta						

1.	N.º de elementos capacitados para comunicar em contexto de Emergência.	n.º	1
----	--	-----	---

Gestão de risco do projeto
Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3).
 Ameaças:

- Limitações orçamentais resultantes da ausência de instrumentos financeiros para apoio deste tipo de iniciativas.

Resolução Geral:

- Necessidade de disponibilização de instrumentos financeiros para a implementação deste projeto.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
<ul style="list-style-type: none"> Organizar sessões de capacitação das várias entidades. 	OM, OE, outras que venham a ser disponibilizadas

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>							

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
a) Curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência para seis representantes institucionais do Município de Loures.	Município, Escola Nacional de Bombeiros	6.600,00
b) Curso de formação <i>media training</i> em comunicação em situação de emergência para o representante institucional de cada uma das dez Freguesias do Município de Loures.	Juntas de Freguesia, Escola Nacional de Bombeiros	11.000,00
TOTAL (€)		17.600,00

Gestão de risco da iniciativa
Risco Total: 9 – Moderado (S3; P3).
 Ameaças:

- A referida na gestão de risco do projeto.

Resolução Geral:

- A referida na gestão de risco do projeto.

Observações:

- As metas sub-regionais relativas a este Projeto, referem a existência de um representante com formação em media training no ano de 2025 e de um total de dois representantes em data posterior. Porém, considera-se benéfico estabelecer uma meta mais ambiciosa, formando um total de seis elementos do Município de Loures (executivo e dirigentes com competências na temática dos incêndios rurais) e de dez representantes das Juntas de Freguesia (um elemento por autarquia local).

- Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO							3.2.2.1														
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Educação sobre o tema e adoção de comportamentos responsáveis perante os incêndios rurais por parte da população em idade escolar.Adoção de boas práticas referentes a esta temática no seu quotidiano e no seu ambiente familiar.Enriquecimento e coesão do plano nacional de educação, com a inclusão dos temas associados do risco de incêndio rural. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Sensibilização e capacitação da comunidade escolar do concelho de Loures relativamente à defesa da floresta contra incêndios.				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>DGESTE</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>AGIF, ICNF, GNR, ANEPC, IPMA, AML, Município</td></tr><tr><td>C</td><td>Agrupamentos de Escolas</td></tr><tr><td>I</td><td>AGIF</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr></table>						R	DGESTE	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	AGIF, ICNF, GNR, ANEPC, IPMA, AML, Município	C	Agrupamentos de Escolas	I	AGIF	F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR
R	DGESTE																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	AGIF, ICNF, GNR, ANEPC, IPMA, AML, Município																				
C	Agrupamentos de Escolas																				
I	AGIF																				
F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 1.500,00																					
Indicadores				Unidade	Meta																
1. N.º de alunos participantes, por ciclo de ensino em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da Floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas.				n.º	30																
2. % de Escolas/Agrupamentos de escolas do ensino público que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais.				%	90																
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 – Alto (S4; P4). Ameaças: <ul style="list-style-type: none">Limitações orçamentais resultantes da ausência de instrumentos financeiros para apoio deste tipo de iniciativas.Limitações ao nível dos recursos humanos do SMPC e do GTF. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none">Necessidade de disponibilização de instrumentos financeiros para a implementação deste projeto.																					

Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none">Criar na escola o dia dedicado a regras básicas sobre incêndios rurais e como prevenir e reagir, em colaboração com as entidades locais de combate e prevenção de fogos rurais.									OM, OE, outras que venham a ser disponibilizadas		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
									□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Ações de sensibilização sobre incêndios rurais para a população em idade escolar.						Município		1.500,00			
TOTAL (€)								1500,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
<ul style="list-style-type: none">Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

IV.4 – PROJETOS DE GESTÃO EFICIENTE DO RISCO



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)							4.1.2.1				
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Constituir a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Loures de forma a assegurar coordenação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, com foco ao nível municipal, para garantir a execução do programa. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades.				Principais entidades envolvidas							
				R Município							
				A Comissão MUNICIPAL GIFR							
				S ICNF, GNR, PSP, AHBV, Assembleia Municipal de Loures, BRISA, Autoestradas do Atlântico, Infraestruturas de Portugal, E-Redes, REN							
				C AML							
				I AGIF							
				F Comissão SUB-REGIONAL GIFR							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 3.124,00											
Indicadores				Unidade		Meta					
1. Constituição da Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Concluído).				n.º		1					
2. N.º reuniões na CMGIFR.				n.º		4					
Gestão de risco do projeto Risco Total: 4 – Baixo (S4; P1). Ameaças: <ul style="list-style-type: none">Na presente data não foram identificadas ameaças. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none">Não se aplica.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
• Participação na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.							OM; Orçamento das entidades envolvidas				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□				□				□			□

Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
a) Representantes das entidades com assento na CMGIFR de Loures.	Município	1.820,00
b) Instalações físicas.	Município	0.000,00
c) Apoio técnico e administrativo.	Município	1.304,00
TOTAL (€)		3.124,00
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 4 – Baixo (S4; P1). Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Na presente data não foram identificadas ameaças. Resolução Geral: <ul style="list-style-type: none"> Não se aplica. 		
Observações: <ul style="list-style-type: none"> Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação. 		

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO							4.1.2.3	
Objetivos <ul style="list-style-type: none">Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none">Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.				Principais entidades envolvidas				
				R Município				
				A Comissão MUNICIPAL GIFR				
				S ICNF, GNR, PSP, AHBV, entidades integrantes da CMGIFR.				
				C AML				
				I AGIF, AML				
				F Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 15.877,00								
Indicadores				Unidade	Meta			
1. PME aprovado.				n.º	1			
2. Parecer emitido em relação ao PME.				n.º	1			
3. PME monitorizado.				n.º	1			
4. % de execução do PME.				%	40			

5.	% de execução financeira do PME.	%	40								
Gestão de risco do projeto											
Risco Total: 8 – Moderado (S4; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">Limitações orçamentais resultantes da ausência de instrumentos financeiros para apoio deste tipo de iniciativas.Limitações ao nível dos recursos humanos e materiais do GTF de Loures.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">Criação de linhas de financiamento próprias para este tipo de projetos.Necessidade de reforço dos recursos humanos e materiais afetos ao GTF de Loures.											
Iniciativa n.º 1			Fonte Financiamento								
<ul style="list-style-type: none">Elaborar o PME, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas.			OM, FFP, outras que venham a ser disponibilizadas								
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Técnico Superior com formação académica na área das Ciências Florestais – Coordenação.						Município		2.728,00			
b) Técnico Superior com formação académica na área das Ciências Florestais.						Município		1.974,00			
c) Assistente Técnico com especialização em Sistemas de Informação Geográfica.						Município		1.449,00			
TOTAL (€)								6.151,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 8 – Moderado (S4; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">Contributos ausentes ou limitados por parte de algumas entidades com assento na CMGIFR de Loures e/ou na CSRGIFR da AML.Limitações ao nível dos recursos humanos do GTF de Loures.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">Reforço das diligências do Secretariado Técnico da CSRGIFR da AML junto das entidades cujos contributos se apresentam ausentes ou limitados.Necessidade de reforço dos recursos humanos e materiais afetos ao GTF de Loures.											

Observações:											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Executar o PME no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR). 									OM, FFP, Orçamento das entidades envolvidas, outras que venham a ser disponibilizadas		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Corpo técnico do GTF de Loures.						Município		4.863,00			
b) CMGIFR Loures.						Entidades GIFR		0.000,00			
TOTAL (€)								4.863,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 8 – Moderado (S4; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none"> As referidas na gestão de risco do projeto. 											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none"> A referida na gestão de risco do projeto. 											
Observações:											
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos. 									OM, FFP, Orçamento das entidades envolvidas, outras que venham a ser disponibilizadas		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
c) Corpo técnico do GTF de Loures.						Município		4.863,00			
d) CMGIFR Loures.						Entidades GIFR		0.000,00			

TOTAL (€)						4.863,00					
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 8 – Moderado (S4; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
Iniciativa n.º 4								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none">Transpor o PME para os PDM.								OM, outras que venham a ser disponibilizadas			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Integração da rede secundária de gestão de combustível do PME de Loures no PDM de Loures.						Município		0.000,00			
TOTAL (€)								0.000,00			
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 – Moderado (S3; P2).											
Ameaças:											
<ul style="list-style-type: none">As referidas na gestão de risco do projeto.											
Resolução Geral:											
<ul style="list-style-type: none">A referida na gestão de risco do projeto.											
Observações:											
<ul style="list-style-type: none">Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

V- ANEXOS

V.1 – PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que para áreas com cadastro o projeto BUPI não é aplicável. 	
PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis. 	
GESTÃO INTEGRADA DE TERRITÓRIOS RURAIS	1.2.1.1
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a exploração florestal existente no território de Loures é escassa e fragmentada. Acresce que não existem Organizações de Produtores Florestais (OPF) a atuar no município, nem Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). 	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM	1.2.1.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis. 	
MODELO DE FUNCIONAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não estão definidas APPS nem existem ZIF's no território de Loures. 	
PATRIMÓNIO FLORESTAL COM GESTÃO CERTIFICADA NUMA ÓPTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não existem áreas de gestão pública, nem baldios, no território de Loures. Acresce que a exploração florestal existente no território de Loures é escassa e fragmentada. 	
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NA ECONOMIA RURAL	1.2.2.4
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, por não ser considerado prioritário no contexto atual. 	

MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGROFLORESTAIS	1.2.2.5
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, por não ser considerado prioritário no contexto atual. 	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional. 	
ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)	2.1.1.1
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis. 	
GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	2.1.1.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o PSA-AML não identifica zonas piloto a intervir no Município de Loures no âmbito deste projeto. 	
RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS	2.1.1.3
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não houve incêndios com área superior a 500 ha no concelho. 	
TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)	2.1.1.4
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o PROF-LVT já está transposto para o PDM de Loures. 	
ESTABELECEER E OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.1
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, pois aplica-se diretamente à sub-região no seu todo. 	
GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional. 	
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.4
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque em sede de PSA – AML não estão identificadas áreas de intervenção no território de Loures. 	

PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o território de Loures não possui áreas classificadas nem zonas sujeitas a regime florestal. 	
GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS	2.2.1.6
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais não está concluído. 	
PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis. 	
USO DO FOGO COMO GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL	2.2.1.9
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o Plano de Fogo Controlado do Município de Loures ainda não está elaborado. 	
PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	2.2.2.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque ainda não está definido o local de implementação. 	
CONDOMÍNIOS DE ALDEIA	2.3.1.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional. 	
MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	3.1.1.3
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional. 	
AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E LOCAIS CRÍTICOS	3.1.2.1
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a monitorização da coordenação nos municípios das ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas será garantida no nível sub-regional. 	

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a presença das FFAA no território da AML, para dissuasão e vigilância, será garantida no nível sub-regional. 	
REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS	3.1.2.3
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a monitorização da coordenação da eficiência do sistema integrado de vigilância será garantida no nível sub-regional. 	
INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, pois a identificação das causas dos incêndios, e a monitorização da sua evolução por causa, são realizadas ao nível sub-regional. 	
COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco. 	
FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	3.2.1.4
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que a Entidade Intermunicipal possui a incumbência de efetuar anualmente o levantamento dos órgãos de comunicação social ao nível sub-regional e municipal. 	
SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO	4.1.1.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, pois aplica-se diretamente à sub-região no seu todo. 	
PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA	4.1.2.2
Projeto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque o dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e municípios. O projeto declinou para a sub-região para garantir no estudo de dimensionamento do sistema, a auscultação das Entidades Intermunicipais e se as necessidades apontadas pelos municípios estão a ser satisfeitas. Numa lógica de gestão eficiente de recursos a informação deve ser agregada a nível sub-regional pela Entidade Intermunicipal (e não a nível municipal). 	

NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS	4.1.2.4
Projecto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque a auscultação do município é realizada no nível da sub-região, onde existe a monitorização e adequação da aplicação das normas técnicas e diretivas operacionais. Este projeto pretende garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território. 	
ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL	4.1.3.1
Projecto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação (PRA e PSA), não detendo uma componente operacional no município. 	
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	4.2.2.1
Projecto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque a monitorização e avaliação das equipas é realizada ao nível sub-regional, de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional/sub-regional. O cruzamento dos resultados de monitorização/avaliação obtidos em cada entidade com o resultado desses indicadores, permitirá identificar boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundir-las ou a introduzir necessidades/ oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas. 	
SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3
Projecto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque as entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional, e não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade. A monitorização do projeto é garantida a nível sub-regional. 	
IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO	4.3.1.1
Projecto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME porque o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março) se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais. 	
GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3
Projecto não declinado <ul style="list-style-type: none"> Este projeto não declina para o PME, a esta data, pois a responsabilidade da definição dos critérios e a sua priorização ao nível sub-regional é da ANEPC, não estando prevista a intervenção no nível municipal. 	

IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3
<p>Projeto não declinado</p> <ul style="list-style-type: none">• Este projeto não declina para o PME porque está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, a formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, as Entidades Intermunicipais e municípios serão beneficiários.	

V.2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

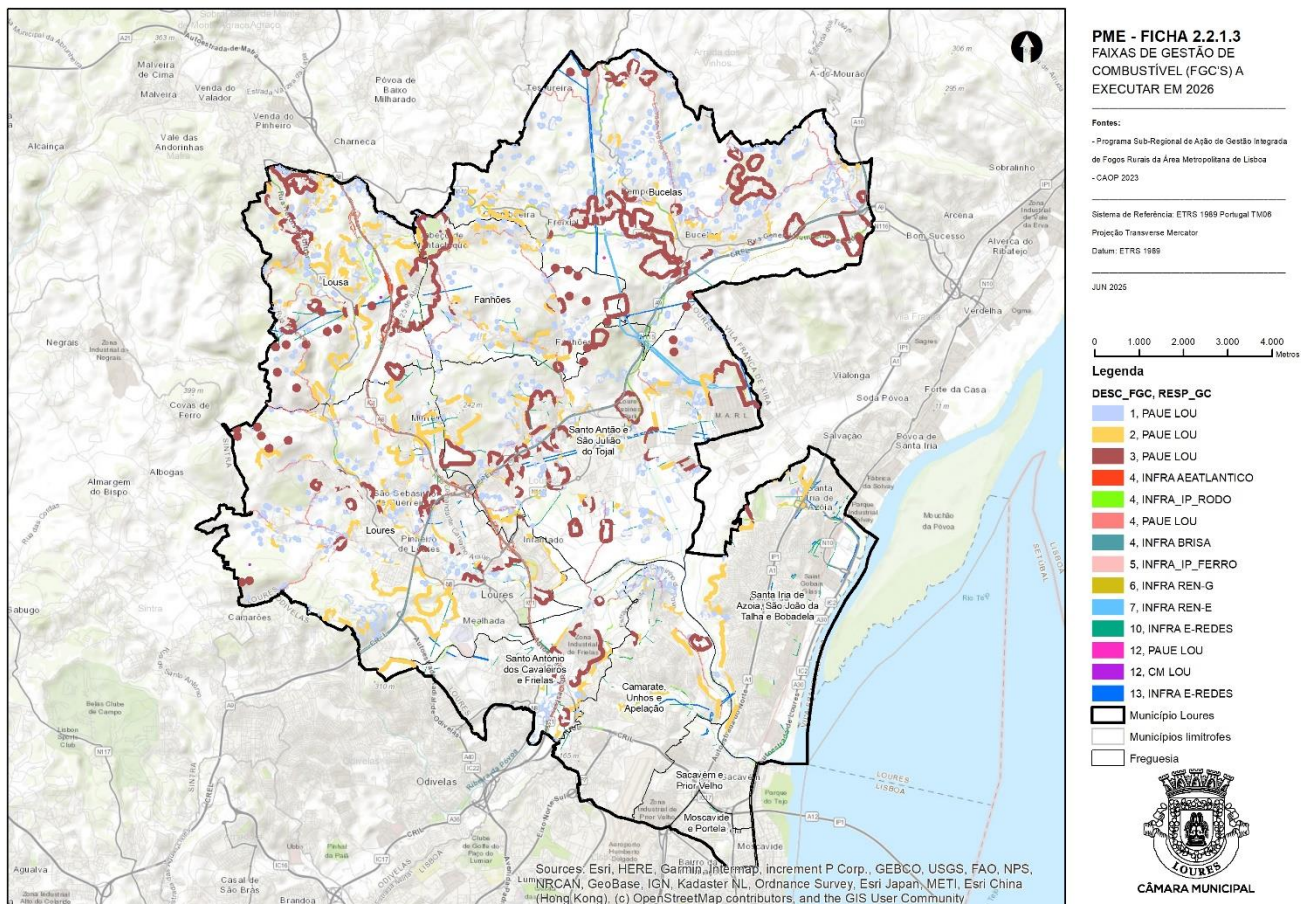
Avaliação de risco das Iniciativas:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase Certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.3 – CARTOGRAFIA DE DETALHE



V.4 – GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

a. Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PSA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFAA, de acordo com a codificação abaixo.

Código	O que significa
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Aprova A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consulta As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informa As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

b. Entidades envolvidas

Entidade	Definição
AdP	Águas de Portugal
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
ANI	Agência Nacional da Inovação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLC	Companhia Logística de Combustíveis
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral da Energia e Geologia
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EDP	Energias de Portugal
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ESF	Equipas de Sapadores Florestais
FA	Força Aérea
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
FFAA	Forças Armadas
GNR	Guarda Nacional Republicana

GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Redes Energéticas Nacionais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UGF	Unidades de Gestão Florestal
ZIFS	Zonas de Intervenção Florestal